DOS LIMITES DA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO

FROM THE LIMITS OF POLITICAL ECONOMY OF URBANIZATION TO THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY OF SPACE

DES LIMITES DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE DE L'URBANISATION AU CRITIQUE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE DE L'ESPACE

THIAGO CANETTIERI
Professor do Departamento de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: thiago.canettieri@gmail.com

Resumo:
Uma vasta bibliografia se desenvolveu desde a segunda metade do século XX para tentar compreender o fenômeno urbano de maneira articulada ao processo de acumulação de capital. Essa tradição do pensamento marxista, conhecido como "economia política da urbanização" desenvolveu uma importante contribuição nesse sentido. Contudo, vários limites se colocaram para essa interpretação e, mais recentemente, se promove uma recepção maior da obra de Henri Lefebvre a fim de compreender o que poderia ser descrito como uma "economia política do espaço" que reconhece e coloca como categoria principal a produção do espaço. O presente artigo é uma tentativa de sistematização dessas bibliografias, apontando seus limites, suas transformações e alguma de suas apropriações contemporâneas.

Palavras-chave: Economia política da urbanização, Crítica da economia política do espaço, Teoria urbana, produção do espaço

Abstract:
A vast bibliography was developed since the second half of the 20th century to try to understand the urban phenomenon in an articulated way to the process of capital accumulation. This tradition of Marxist thought, known as the "political economy of urbanization," has developed an important contribution. However, several limits have been placed on this interpretation and, more recently, a greater reception of Henri Lefebvre's work has been promoted in order to understand what could be described as a "political economy of space" that recognizes and places the production of space as the main category. This article is an attempt to systematize these bibliographies, pointing out their limits, their transformations and some of their contemporary appropriations.

Keywords: Political economy of urbanization, Critique of political economy of space, Urban theory, Production of space

Résumé:
Une vaste bibliographie a été développée depuis la seconde moitié du 20e siècle pour tenter de comprendre le phénomène urbain de manière articulée au processus d'accumulation du capital. Cette tradition de la pensée marxiste, connue sous le nom d'"économie politique de l'urbanisation", a développé une contribution importante. Cependant, plusieurs limites ont été posées à cette interprétation et, plus récemment, une grande réception des œuvres d'Henri Lefebvre a été promue afin de comprendre ce qui pourrait être décrit comme une "économie politique de l'espace" qui reconnaît et place la production de l'espace comme catégorie principale. Cet article est une tentative de systématisation de ces bibliographies, en soulignant leurs limites, leurs transformations et certaines de leurs appropriations contemporaines.

Mots-clés: Économie politique de l'urbanisation, Critique de l'économia politique de l'espace, Théorie urbaine, production de l'espace

Introdução

A abordagem da economia política da urbanização tem sido aquela que, dentro da tradição marxista, mais tem mobilizado os pesquisadores a entender o processo urbano sob o regime de acumulação do capital. Derivada das formulações teóricas de Marx (2013 [1867]) na sua crítica da economia política, essa tradição da pesquisa urbana tem se dedicado a entender como ocorre a reprodução ampliada do capital no ambiente urbano e qual o papel da urbanização nessa lógica.

Muito foi publicado sobre essa abordagem e sua evolução histórica é controversa, apesar de existir "uma ilusão de ótica que escrever a história desta disciplina é como um desenvolvimento linear" (TOPALOV, 2013, p. 2)[1]. Houve momentos de esgotamento a partir da década de 1980 – com uma crise do pensamento marxista – , o que forçou a abertura dos estudos críticos para outros referenciais. Entretanto, cabe lembrar aqui que o marxismo, mesmo com sua pronunciada crise, enfrentada juntamente com a derrocada dos regimes socialistas ao final do século XX, continuou se mantendo incontornável no processo de uma crítica radical do capitalismo.

O esforço é, portanto, traçar, desde a obra de Marx (2013 [1867]), os fundamentos que parecem ser essenciais para a crítica, passando por algumas interpretações da economia política da urbanização e tratando de uma certa crise do marxismo para, em seguida, tentar articular o que seria uma crítica da economia política do espaço e qual sua importância para entender o movimento do capitalismo contemporâneo.

[1] [...] une illusion d'optique que'écrire l'histoire de cette discipline comme un developpement linéaire (tradução minha).

O presente artigo é uma tentativa de sistematização dessas bibliografias, apontando seus limites, suas transformações e alguma de suas apropriações contemporâneas. Com isso, espera-se contribuir para uma história das ideias no campo da economia política da urbanização. Este texto, portanto, apresentará, num primeiro momento, as origens e desenvolvimentos da área de estudos da economia política da urbanização, em seguida discute-se a crise da produção dos estudos urbanos para, finalmente, apresentar algumas considerações sobre a contribuição lefebvriana da produção do espaço para o campo de estudos.

Uma mirada para a economia política da urbanização

Desde 1760, ao longo do desenvolvimento da Revolução Industrial, a urbanização tem chamado atenção da economia política, já que está relacionada, sobretudo, com a formação da classe proletária na Inglaterra, como bem descreve Marx (2013 [1867]) no capítulo sobre o cercamento dos campos, quando as ovelhas devoraram os homens e transformaram-nos – a força de trabalho – em mercadoria. Essas descrições já constavam nos relatos de Engels (2008 [1845]), em que ele utiliza uma certa epistemologia crítica para entender a economia política da urbanização, mesmo que não se utilize do termo.

O marxismo surge, segundo Harvey (2005 [2001]), como uma explicação racional alicerçada na lógica dialética para o capitalismo e sua superação. Entretanto, existem limitações estruturais à realidade que Marx (2013 [1867]) analisava no século XIX e, portanto, sua teoria precisa passar por momentos de atualização. Grandes mudanças ocorreram na organização da vida social e da paisagem produzida por ela e que alteraram as formas de acumulação de capital. Uma dessas mudanças é o papel da

urbanização no processo capitalista. No tempo em que Marx escrevia sua análise, a produção de ambiente construído não desempenhava o papel crucial que desempenha hoje no processo de acumulação e reprodução do capital.

> Marx não mostrou (em sua época não podia fazê-lo) que a urbanização e o urbano contêm o sentido da industrialização. Ele não viu que a produção industrial implicava a urbanização da sociedade (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.85)

Isso porque o processo de reprodução ampliada do capital significa, cada vez mais, a sobreacumulação de capital, que deve encontrar investimentos capazes de absorvê-lo em taxas rentáveis, como é o caso da construção civil, setor da economia que ainda hoje emprega uma baixa composição orgânica do capital. Com o processo de desenvolvimento do capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX, cada vez mais a urbanização passou a ocupar um lugar central no processo de reprodução do capital, funcionando como uma reserva para a acumulação e operando como meio para mobilização de capitais ociosos.

Foi graças à chamada Escola Francesa de Sociologia Urbana, apenas na segunda metade do século XX, que o termo *economia política da urbanização* passou a ser adotado (TOPALOV, 2013). Castells, na ocasião de uma conferência proferida na *Community and Urban Sociology Section of American Sociological Association*, em São Francisco, Califórnia, apresentou uma síntese do conjunto dos autores dessa tradição, influenciado, nesse momento, por Nicos Poulantzas e pelo marxismo althusseriano, pelo pensamento de um marxismo ortodoxo presente nos escritos de Jean Lojkine, por Christian Topalov e por Edmon Preteceille e, em uma outra via, pelo pensamento de Henri Lefebvre.

Assim, foi com os marxistas franceses (e com o não francês David Harvey) que essa vertente da economia política, a sociologia e os estudos urbanos se encontraram na tentativa de uma explicação sistêmica para o fenômeno urbano, para entender como este se inseria na lógica do capital e como os processos de funcionamento do capitalismo organizavam as cidades. Anteriormente, a cidade era tratada por meio das abordagens sociológicas da *Escola de Chicago*, que havia oferecido avanços teóricos no sentido da organização espacial da cidade, embora faltasse instrumental para explicar as motivações dessa organização, o que só foi ocorrer com a entrada da economia política da urbanização.

Segundo Topalov (2013, p. 2), a primeira publicação que trata dessa temática é de Ledrut (1968 *apud* TOPALOV, 2013), com um pequeno livro, *Sociologie urbaine*, de 1968, que influenciou Chombart, Castells e Lefebvre. Nessa obra, um ensaísmo livre chocava-se com o estruturalismo em voga no pensamento marxista francês, de forma que ela não teve repercussão à sua época, tendo, no entanto, apresentado o anseio de resposta dado por Castells (2014 [1976]) com a publicação de *Question urbaine*, resultado da sua tese de doutoramento, em que apresenta uma contribuição pioneira para uma teoria marxista e científica da urbanização (ARANTES, 2009).

Foi, portanto, Manuel Castells (2014 [1976]) quem conseguiu atribuir maior reputação, por intermédio do marxismo, para a temática urbana, ocorrendo uma mudança fundamental no seu pensamento referente à cidade com a inserção do desenvolvimento marxista na sua análise, realizada com um recorte estruturalista. De influência althusseriana, sua pergunta fundamental era: "para que serve a cidade na estrutura capitalista?". E a resposta advém da decomposição da dimensão econômica em

produção, circulação, gestão e consumo. Segundo o autor, os três primeiros dizem respeito a uma escala diferente da cidade, sendo o consumo a função privilegiada desta, criando assim as condições de ocorrer o consumo coletivo para a reprodução da força de trabalho enquanto tal.

Dessa forma, a urbanização é entendida como criação de espaço para a reprodução da força de trabalho a fim de ser usada no processo produtivo por meio de complexos mecanismos de organização e controle social (CASTELLS, 2014 [1976]). A alta densidade de trabalhadores permite reduzir os custos de reprodução e aumenta a possibilidade dessa classe de realizar o consumo, garantido assim a realização da mais-valia, já que as mercadorias devem ser consumidas para que se possa efetivar o circuito da acumulação. A cidade é, em Castells (2014 [1976]), espaço do consumo coletivo que se realiza por meio do Estado e de suas políticas públicas, alocando o conflito central entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (em sua ideologia planificadora) (ARANTES, 2009).

Todavia, Lojkine (1981 [1977]), – um ano após a publicação de Castells –, busca ampliar essa noção, inserindo o consumo para a reprodução da força de trabalho dentro das condições gerais de produção. Se Marx (2013 [1867]), ao falar dessas condições, se referia ao transporte e à comunicação, a urbanização em curso no século XX parecia generalizar as condições gerais, não apenas do consumo coletivo, como apontado por Castells (2014 [1976]), mas também as de produção e acumulação. O mesmo é feito por Christian Topalov (1988), que questiona a postura de Castells (2014 [1976]) ao afirmar que não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem também estudar a sua produção.

A urbanização, portanto, é entendida como ambiente construído que serve de base para a acumulação, para satisfazer às condições gerais da produção, o que abrange todo o aparato legalizado para garantir a propriedade privada, a livre circulação de mercadoria, os serviços e a provisão de infraestrutura básica, tanto para o consumo produtivo como para o consumo individual-final (LOJKINE, 1981 [1977]; TOPALOV,1979). Os autores ainda chamam atenção particular para esse último ponto, das infraestruturas básicas, nomeadas como meios de consumo coletivo. Estas, ainda que sejam improdutivas de mais-valias, "são cada vez mais necessárias à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas." (LOJKINE, 1981 [1977], p.129). Segundo o autor, são condições necessárias para garantir a continuidade do processo de reprodução, da força de trabalho e do capital.

> A produção de meios de consumo coletivos como a escola ou o hospital oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em compra de força de trabalho e de meios de trabalho que só funcionam no processo de consumo. São, portanto, despesas indispensáveis para transformar o resto do capital variável em salário, e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final (LOJKINE, 1981 [1977], p.129.)

Além de representarem um meio de assegurar força de trabalho para ser extorquida no processo de produção, os meios de consumo coletivo aparecem como elementos fundamentais para garantir o consumo individual. "São os suportes materiais desse condicionamento do consumo individual" (LOJKINE, 1981 [1977], p.131). São elementos que permitem o consumo individual posterior,

como a energia elétrica, sem a qual não seria possível consumir eletrodomésticos.

Cabe destacar que o Estado é chamado a cumprir papel fundamental nesse processo de gerir as contradições do capital e de racionalizar as irracionalidades do circuito de acumulação como instância mediadora derivada da categoria capital, ou seja, instituição fundamental para a realização da acumulação de capital. Harvey (2017) recentemente destacou o papel desempenhado pelo Estado de se apropriar de parte da riqueza socialmente produzida sob a forma de imposto que é, não raro, mobilizada para estimular a produção de mercadorias ou o seu consumo, azeitando as engrenagens da acumulação. É por conta dessa dimensão que Lojkine (1981 [1977]) procura deixar claro que a classe dominante organiza o Estado assentada na sua dominação política e econômica, permitindo a efetivação de políticas que, ao atingir todo o corpo da sociedade, realizam seus interesses de classe. Afinal, como afirma o autor, "a estrutura do Estado capitalista não deixa de refletir, em última instância, a evolução fundamental da estrutura de classes (LOJKINE, 1981 [1977], p.135).

O estado capitalista, portanto, lida com a contradição entre as necessidades colocadas pela reprodução do capital e as necessidades da reprodução da força de trabalho, contradição essa expressa em suas políticas urbanas. Mas, como bem nota o autor, essa sua atuação não é, de maneira alguma, a supressão das contradições, mas, na verdade, sua exacerbação, "[...] tornando o próprio estado um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital" (LOJKINE, 1981 [1977], p.193). Esse processo ocorre pela conexão

estabelecida entre o capital e o estado, em que o primeiro toma de assalto o segundo. Essa conexão, segundo Lojkine (1981 [1977]), se dá por meio de três formas: 1) suporte, com obras de infraestrutura para valorizar capitais privados; 2) posse, com uso e manutenção de equipamentos e formas não rentáveis de capital; 3) formas jurídicas e administrativas da relação social e espacial. Dessa maneira, o Estado é chamado a desempenhar uma função que colabore com a apropriação privada de capital. Sua estrutura e funcionamento, como exposto por diversos teóricos, devem ser direcionadas à manutenção de um *status quo* (LOJKINE, 1981 [1977]).

Nas crises de sobreacumulação do capital o Estado intervém investindo em infraestrutura, tanto na produção quanto em equipamentos de consumo coletivo. O financiamento público de infraestrutura substitui o capital privado nos setores onde a taxa de lucro interna diminui. O capital não produzirá elementos não rentáveis de valor de uso urbano. A política urbana estatal acentua as contradições entre os meios de reprodução do capital e os meios da força de trabalho. Para Lojkine (1981 [1977], p.171), a intervenção do Estado torna-se "um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamentos urbanos de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital".

Outra importante contribuição é derivada da interpretação de Topalov (1979) da urbanização capitalista. Para o autor, a principal função da cidade é fornecer o que ele denomina de "valores de uso complexos" para a classe capitalista, como os efeitos úteis da aglomeração tanto para a produção (reduzindo os custos de produção) como para o consumo (permitindo a realização do lucro). Ou seja, a cidade é um valor de uso complexo para o processo produtivo, fornecendo as condições gerais de produção derivadas das

articulações espaciais de vários valores de uso específicos necessários para que a acumulação ocorra. Dessa maneira, a cidade é uma forma de socialização capitalista das forças produtivas como resultado da divisão social do trabalho.

Partindo desse pressuposto, Preteceille (1976) argumenta que a urbanização é, sobretudo, um processo de organização da divisão social do trabalho que aumenta a eficiência da acumulação de capital. Segundo o autor, os aspectos concretos da socialização das forças produtivas que surgem com a urbanização são muitos e estão relacionados com a estrutura de classe da sociedade capitalista, aglomerando trabalhadores para realizar o trabalho e também as condições materiais (a infraestrutura fixa) que permitem a realização do trabalho. Assim, o urbano é espaço necessário, para Preteceille (1976), para sustentar o modo de produção de mercadorias.

Castells incorpora algumas dessas críticas, reconhece equívocos e procura se defender (ARANTES, 2009, p.109). O posfácio de 1975 da segunda edição já traz essas considerações, bem como seu artigo com Francis Godard, também do mesmo ano (CASTELLS; GODARD, 1975 *apud* TOPALOV, 2013).

A década entre 1968, com a publicação de Ledrut (1968 *apud* TOPALOV, 2013), e 1978, foi marcada por um amplo debate marxista sobre a questão urbana. Os financiamentos para a pesquisa urbana se multiplicaram mais de cinco vezes nesse período, marcados por importantes colóquios (como o de 1971, na *École de Hautes Études*) e pelo lançamento de revistas como *La Recherche Urbaine,* dirigida por Castells, que publicou quatorze números entre 1972 e 1978, e a revista lançada em 1971, *Espace et Sociétés*– dirigida por Lefebvre. O debate chega também aos países anglófonos

com a edição, a partir de 1977, do periódico *International Journal of Urban and Regional Research* (TOPALOV, 2013).

É nesse momento que David Harvey (2009 [1973]; 1978) passa a ganhar maior notoriedade no cenário acadêmico da pesquisa urbana ligado ao pensamento marxista, com sua interpretação *"geográfica"* da obra de Marx, realizada em sua primeira investigação publicada no livro *Social justice and the city,* de 1973; e com o artigo *The urban process under capitalismo*, de 1978. Segundo ele, Marx teria mostrado ser teoricamente possível, por meio da teoria da localização, ligar "[...] o processo geral do crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais" (HARVEY, 2005 [2001], p.43). Tendo por pressuposto essa possibilidade, Harvey tece, por conseguinte, a relação entre a teoria da acumulação e o entendimento da estrutura espacial. Harvey (1989; 2005 [2001]) procura especificar ainda mais o papel funcional da cidade no processo de acumulação. Ele busca integrar o entendimento dos processos de urbanização e de formação do ambiente construído com as teorias gerais das leis de movimento do capital (HARVEY, 2012). Procura ainda situar na produção do ambiente construído a dimensão central que tem permitido ao capitalismo sobreviver como estratégia de resolução lucrativa de capitais sobreacumulados em outras esferas e escalas. Com isso, ele afirma a importância, teórica e política, de entender a economia política da urbanização como um dispositivo criador, extrator e concentrador de mais-valia (na forma de rendimentos, juros ou lucros), revelando seus mecanismos e explorando suas contradições.

Dentro dessa organização feita por Harvey (1989), a primeira fração do capital concentra-se na renda e se apropria dela diretamente, como no caso dos aluguéis, ou indiretamente, através

dos interesses financeiros que atuam por intermédio da especulação imobiliária. A segunda fração do capital busca, ao mesmo tempo, juros e lucro por meio da construção, contribuindo para o ambiente construído, seja agindo diretamente na produção ou financiando essa produção com outros capitais. Finalmente, existe uma terceira fração do capital que atua no interesse de classe que Harvey (1989) denomina de "capital em geral", já que o ambiente construído é uma forma de efetivação da apropriação da mais-valia que, por sua vez, favorece a acumulação de capital em outros setores e escalas, reinserindo a produção do ambiente construído e a urbanização novamente nesse círculo vicioso. Vale lembrar que a produção do ambiente construído possui, na composição orgânica do capital que atua nesse setor, uma maior parte de capital variável que produz a massa de mais-valia geral responsável por irrigar todo o sistema (HARVEY, 2011). O autor destaca ainda que, além da dimensão da acumulação de capital, o ambiente construído é condição necessária para que o trabalho possa se reproduzir como tal.

Harvey (1989) busca articular essa formulação do ambiente construído com uma teoria das crises, buscando explicar a produção do ambiente construído mediante o funcionamento das crises e a lógica que ele denomina de "*spatial fix*". Capital em demasia é produzido no total das relações de produção e, portanto, é necessário encontrar oportunidades, por intermédio dos ajustes espaciais, para empregar esse capital. Segundo o autor, essa saída tem sido o investimento no circuito secundário, na produção de ambiente construído.

David Harvey (1989) destaca a necessidade de se compreender a maneira como o ambiente construído é produzido e como funciona como reserva de valor e de (meio de realização da)

mais-valia. Dessa forma, pode-se compreender a urbanização, o processo de investimento e a produção de solo urbano como reflexo da relação de forças que emanam dos circuitos primário e secundário do capital, como proposto por Marx (2013 [1867]).

Na perspectiva do circuito primário, o que Harvey (1978) procura ressaltar é como a produção do ambiente construído incorpora a reprodução do capital ao ser realizada como mercadoria. Diante dessa produção e do consumo dessa mercadoria, a urbanização é vista como processo para produzir ambiente construído para ser vendido e, assim, haver apropriação do lucro nesse processo. De acordo com a clássica fórmula D-M-D', discutida por Marx (2013 [1867]), o investimento (D) realizado para a produção cria uma mercadoria (M) que, para ser consumida, deve ser vendida, sempre com uma margem de lucro somada aos custos de produção (D'). Nessa circulação, garante-se o lucro às classes capitalistas, que efetivamente representa sempre a produção de mais capital do que o capitalista tinha no início. Sendo assim, a lógica da acumulação resulta em sobreacumualação, ou seja, montantes de dinheiro que não encontram oportunidade para reinvestimento, de forma que o capital deve ser reinvestido sob pena de ter seu funcionamento impedido. Por isso Harvey (1978) vai situar o investimento dos capitalistas também interpretando-o sob a lógica do circuito secundário – na produção de ambiente construído sob a forma de capital fixo – como processo para viabilizar a circulação de mercadorias e sua produção, estando intimamente ligado ao desenvolvimento das condições gerais de produção e às condições gerais para o consumo desta. Assim, o circuito secundário constitui-se do capital fixo, que é utilizado como suporte para o processo

produtivo (infraestrutura física) e para o fundo de consumo (bens que dão suporte ao consumo de outros bens).

É importante destacar que essa separação é apenas para fim de exposição. O próprio Harvey (1978, 1989) alerta para isso e esclarece que a circulação de capital "and its urbanization" acontece através de sua totalidade por meio das relações de produção estabelecidas que incorporam diferentes dimensões do fluxo de capital e dependem da conjuntura da luta de classes. Entretanto, de maneira sumária, pode-se entender a urbanização no capitalismo como o suporte material para que a acumulação capitalista ocorra, processo esse que se dá de, pelo menos, três maneiras: 1) como criação do ambiente construído para a produção; 2) como criação de ambiente construído para o consumo; 3) como absorção de capital sobreacumulado em outras escalas e esferas.

Como indica Harvey (1989, p.73)[2]:

> Tudo isso significou a criação de um ambiente construído para servir como uma infraestrutura física para a produção, incluindo um sistema apropriado para o transporte de mercadorias. Há oportunidades abundantes para o emprego produtivo do capital através da criação de um ambiente construído para a produção. A mesma conclusão se aplica ao investimento no ambiente construído para consumo.

Harvey (1989) explora então como a produção de ambiente construído (e todas as implicações disto, como investimento de longo prazo difíceis de alterar, espacialmente fixos e, muitas vezes,

[2] All of this meant the creation of a built environment to serve as a physical infrastructure for production, including an appropriate system for the transport of commodities. There are abundant opportunities for the productive employment of capital through the creation of a built environment for production. The same conclusion applies to investment in the built environment for consumption.

derivados de investimentos irregulares) está conectada com o fluxo de capital de diferentes setores. Assim, pode-se entender a própria infraestrutura, o capital fixo, produzido como mercadoria em que a venda ocorre alicerçada em pagamentos para seu uso realizados no tempo de amortização[3]. Para que isso aconteça, aponta Harvey (1989), é necessário existir "surpluses of capital and labour", além de mecanismos para colocá-los em uso. Todavia, esse processo ocorre não sem engendrar várias contradições, como o "congelamento", derivado da natureza do ambiente construído, da produtividade em um determinado nível, bem como da necessidade intrínseca de procura do aumento da produtividade que envolve a desvalorização das formas já construídas, uma espécie de autofagocitose do capital. Ou seja, ao mesmo tempo em que a produção de ambiente construído garante a absorção de capital e a criação das condições de produção e consumo, é também barreira para uma acumulação ulterior:

> O capital se representa sob a forma de uma paisagem física criada em sua própria imagem, criada como valor de uso para aumentar a acumulação progressiva de capital. A paisagem geográfica que resulta é a coroa do desenvolvimento capitalista passado. Mas, ao mesmo tempo, expressa o poder do trabalho morto sobre o trabalho vivo e, como tal, aprisiona e inibe o processo de acumulação dentro de um conjunto de restrições físicas específicas (HARVEY, 1989, p.83)[4].

[3] Com a reforma de Paris feita por Haussmann, o Estado passa a ter papel fundamental como credor dos capitais que investem na produção do espaço urbano, tendência que se perpetua até hoje.

[4] Capital representes itself in the form of a physical landscape created in its own image, created as use values to enhance the progressive accumulation of capital. The geographical landscape which results is the crowning glory of past capitalist development. But at the same time it expresses the power of dead labour over living

Mais recentemente, a própria natureza do espaço urbano no capitalismo tem sido alterada. Como revela Harvey (2011), se a urbanização originalmente representava um mecanismo de concentração e apropriação de mais-valia por intermédio da produção industrial, cada vez mais ela se torna uma forma criada para estimular o consumo e para manter um alto nível de demanda efetiva dentro de um quadro sobrecarregado de dívidas.

Todo o sistema de crédito[5] se tornou fundamental no regime de acumulação capitalista, já que possibilita adiantar recursos ociosos para o circuito produtivo, permitindo compatibilizar diferentes temporalidades do processo de acumulação. Esse processo aponta para a centralidade das transações financeiras geradoras de juros como forma econômica fundamental que, todavia, não pode ser desprendida da apropriação de mais-valia.

Dessa maneira, o que se observa é a entrada violenta do setor financeiro na dinâmica da economia urbana e imobiliária. Este deve ser caracterizado pela crescente penetração de práticas financeirizadas em todas as relações econômicas e sociais relevantes no capitalismo, com o capital portador de juros influenciando diretamente o fenômeno da urbanização. A financeirização da produção do ambiente construído é a expressão máxima de um padrão de canalização do valor que liga a indústria da construção com a renda da terra[6], o que permite uma criação de vínculos

labour and as such it imprisons and inhibits the accumulation process within a set of specific physical constraints (tradução minha).

5 Por sistema de crédito entende-se a relação entre os capitais, mas também a reprodução da força de trabalho, que se tornou baseada na lógica da dívida

6 Vale ressaltar o caráter diferenciado da terra, que não corresponde a qualquer outra mercadoria. Ela pode ser interpretada, segundo Harvey (2011), como uma forma de capital fictício derivada das expectativas de apropriação de rendas futuras.

extrativos de valor de forma ampliada. Como aponta Magalhães (2015), existe um intenso processo de financeirização do espaço urbano que é representado pela abertura que o setor financeiro realiza para passar a atuar na produção da cidade, entendida como fábrica social, tendo a renda da terra como uma das formas de canalização de valor da economia urbana para as esferas financeiras, marcadamente representada pela dinâmica dos fundos imobiliários.

Harvey (2011), em seu artigo "*The urban roots of financial crises*", aponta que desde a segunda metade da década de 1980, com a desregulação dos sistemas financeiros, os financiamentos imobiliários cresceram rapidamente. Ele cita o trabalho de Goetzmann e Newman[7], que compilaram as informações referentes à construção de prédios em Nova York e apontam que sua *skyline* deve ser vista como uma lembrança da habilidade do capital de se conectar na forma especulativa com o ambiente construído. Expectativas, sejam elas positivas ou negativas, no mercado financeiro são capazes de determinar os rumos do ambiente construído nas cidades, já que o capital financeiro se tornou hegemônico no processo de acumulação, baseado não necessariamente na extração de mais-valia direta sob a forma de renda. Isso é marcadamente perceptível no ambiente urbano quando se consideram os financiamentos, fundos e letras de crédito imobiliário. Como ilustração desse processo basta olhar os dados referentes ao volume de unidades habitacionais financiadas no Brasil, que saltou de uma média de 250 mil por ano, entre 2000 e

[7] GOETZMANN, William; NEWMAN, Frank. 2010. **Securitization in the 1920's**. Working Paper. National Buerau of Economic Research, MIT. Cambridge: NBER WorkingPaper Series.

2005, para mais de um milhão em 2010, número esse que ainda tende a crescer (SANFELICI, 2013).

Claro que são atividades financeiras especulativas e que também apresentam o risco de reproduzir as condições de sobreacumulação de capital. Daí o caráter propenso a crises de formas urbanas e outros investimentos de infraestrutura física. Assim, pode-se afirmar que o capitalismo contemporâneo se assenta em um sistema de securitização de ativos, em que o sistema financeiro consegue transmutar todo e qualquer fluxo de rendimentos estável e duradouro – como é o caso da renda da terra – em um título financeiro passível de ser negociado em mercados secundários e de ser alvo de especulação (SANFELICI, 2013).

Como é possível perceber, essa forma de interpretação da cidade requer, sobretudo, uma análise do processo de acumulação (GOTTDIENER, 1993 [1991]). Como afirma Hill (1977 *apud* GOTTDIENER, 1993 [1991]), a acumulação de capital, a produção e apropriação de mais-valia, é a força que impulsiona a sociedade capitalista e, dessa forma, a urbanização e a estrutura de seu funcionamento estão radicados na produção, reprodução, circulação e em toda a organização do processo de acumulação.

Crise do pensamento sobre a questão urbana e depois

Os estudos urbanos e, em especial, aqueles de orientação marxista, passaram, nas duas últimas décadas do século XX, por um momento de redefinição por conta do momento de crise do pensamento crítico. A discussão sobre a questão urbana acabou sendo abandonada pelos autores dos países europeus, que mobilizaram sua atenção para o apelo pós-estruturalista. Topalov (1988; 2013) apresenta uma reflexão sobre a história das ideias dentro do contexto da pesquisa urbana, em especial aquela vinculada

ao campo marxista. Segundo o autor, o período do final de 1970 indica uma crise desse pensamento marcado pela dissipação do objeto da pesquisa urbana, o esfacelamento de suas instituições e o esgotamento dos seus conceitos. Crise essa que é marcada em todo o pensamento crítico, que passa por um intenso questionamento das explicações e interpretações da totalidade da sociedade.

Para esse processo, o autor faz um exercício de reconstrução histórica dentro da experiência francesa da sociologia urbana com base em uma periodização. O primeiro marco apontado por ele encontra-se entre os anos de 1968 e 1975. Anteriormente, há um marco de crescimento econômico com o retorno de Charles de Gaulle ao poder em 1958, que demandava das ciências sociais uma postura de planejamento e de adoção do projeto modernizador pelo qual a França passava. Todavia, como aponta Topalov (1988, p. 7), "o mundo acadêmico resiste às sirenes tecnocráticas". Assim, levantam-se várias questões como forma de entender a questão urbana como estava dada. Com base nesse questionamento ocorre a ruptura de 1968: a inflexão da política urbana é acompanhada de um efervescer da luta urbana derivada da postura de esquerda. Nesse período, observa o autor, não apenas o marxismo (influenciando vários saberes), mas os pensamentos críticos estavam em alta. Com isso, são delimitados novos objetos para entender e pensar o urbano, o que é acompanhado por uma mudança central de entendimento em relação à urbanização: ela não é mais definida como um processo natural, que se desenvolve alheio à política, mas existe o esforço por parte desses intelectuais de entendê-la como um produto social que possui relação própria com a dinâmica capitalista. Nesse momento nascem as interpretações do urbano derivadas da crítica da economia política.

Mas em 1980, a "escola francesa de sociologia urbana marxista" começa a dar sinais de esgotamento: "a pesquisa urbana como campo específico está em pleno declínio, os pesquisadores se dispersaram e as problemáticas até então dominantes são contestadas tanto interna como externamente" (TOPALOV, 1988, p. 9). Nesse período, marca-se a redução do crescimento industrial e a interrupção da expansão da urbanização. As grandes operações de urbanismo entram em falência, e o capital financeiro parece se desviar da construção imobiliária. Junto com isso, Topalov (1988; 2013) destaca uma crise política que o marxismo enfrentava desde o início da década de 1980.

O refluxo que a teoria marxista sofreu foi muito forte (TOPALOV, 2013). A conjuntura política do final dos anos 1970 revelava um cenário que se acumulou desde o regime de Stalin, chegando à opressão de Brezhnev (CASTORIADIS, 1992). Além falência dos governos socialistas no mundo e, internamente, dos governos de esquerda, houve o desmoronamento do partido comunista francês, que levou ao enfraquecimento do pensamento marxista reduzindo sua adoção nas pesquisas como nos períodos passados. Duas das principais referências do marxismo francês desapareceram "como se para simbolizar as condições de reviravolta da conjuntura: Nicos Poulantzas cometeu suicídio em 1978 e Louis Althusser foi internado em 1980" (TOPALOV, 2013, p.4)[8]. Esse período foi marcado por um momento generalizado de crise do marxismo (ALTHUSSER, 1978; CASTORIADIS, 1992).

Mais ainda, esse momento representa uma crise teórica de questionamento dos objetos que haviam sido construídos sob o signo

[8] [...] comme pour symboliser le retournement de conjoncture: Nicos Poulantzas se suicida en 1978 et Louis Althusser fut interné en 1980 (tradução minha).

da sociologia urbana de influência marxista. Apesar da antiga questão, de que a sociologia urbana era fundada numa teoria ou simplesmente era um campo de pesquisa definido empiricamente, a crise teórica do objeto da pesquisa pareceu retornar ainda mais forte. Esse também é o diagnóstico de Brenner e Schmid (2015), que reconhecem como o terreno da teoria urbana passa por uma turbulência desde a "crise epistemológica do final de 1970".

Diante disso, o cenário era a ascensão da "doxa neoliberal que tomou este lugar deixando-o vazio e a crítica se refugiou no pequeno mundo acadêmico onde se encanta consigo mesma, ficando sem condições de inquietar realmente quem quer que seja." (BOURDIEU, 2001, p. 40). Da mesma forma, Badiou (1985), em sua obra *Peut-on penser la politique?,* fornece um balanço crítico do marxismo que entrou em crise nos anos 80. Sua interrogação passa pela possibilidade de articulação entre a filosofia e o campo da política, que parecia se desmantelar. A profundidade da crise do marxismo não deve ser menosprezada, indicando um momento de rearticulação do pensamento crítico buscando outras referências. O próprio Bourdieu (2001, p. 41) afirma que, diante desse cenário, "todo o pensamento crítico precisou ser reconstruído".

Observa-se como, após a crise do pensamento crítico durante o início dos anos de 1980, vários autores passaram a articular seu pensamento de maneira reinventada, afastando-se dos chavões e reducionismos que marcaram o momento anterior em que, nos estudos urbanos, predominaram os estudos da economia política da urbanização. Esse momento representa, sobretudo, uma dúvida em relação à narrativa que o marxismo ortodoxo oferecia e, portanto, tratou de tangenciar outros temas e, principalmente, outros objetos

de pesquisa que, até então, eram sistematicamente negligenciados, priorizando a abordagem econômica em sentido estrito.

Topalov (1988), ao tratar da crise na produção da teoria urbana – como bem apontado por ele próprio –, afirma que do momento de reflexão para a orientação da pesquisa inspirada no marxismo foi possível observar o favorecimento de "objetos locais", do "microssocial" e do "cotidiano" (TOPALOV, 1988, p. 23) nas pesquisas e teorizações referentes à temática urbana, o que representa, dessa forma, um processo de montagem e desmontagem (e, ainda, de remontagem) de um instrumental teórico fundamental para a interpretação do processo urbano.

Fainstein (1997) explora em seu texto a necessidade de mudanças no bojo da pesquisa urbana. Ela afirma que o foco da abordagem proveniente da economia política (e sua crítica) tinha como elemento primordial a substância em vez do processo, avaliando o fenômeno da urbanização e da acumulação pelos seus efeitos sobre os grupos sociais. Essa interpretação, segundo a autora, é derivada da maior fraqueza da abordagem da economia política (o que também é seu ponto mais forte): a análise parte da base econômica. Assumir essa postura pode ajudar a entender vários elementos do funcionamento do espaço urbano, mas pode, todavia, mascarar outros. Fainstein (1997) destaca que as formas de subordinação não se reduzem apenas à econômica e, ainda, muitas das vezes, também não é o fator econômico que determina, em última instância, os interesses dos indivíduos. Segundo a autora, uma abordagem que dê conta dessa perspectiva deve ir além da economia política, permitindo entender outros fatores que não apenas aqueles derivados diretamente da base econômica. Para esse paradigma,

"Cultura, ao invés da economia, se torna o fundamento da identidade política" (FAINSTEIN, 1997, p.27)[9].

Todavia, penso que seja necessário situar melhor essa crítica feita à abordagem da economia política. Fainstein (1997, p. 26)[10] afirma que existem "múltiplas raízes da opressão" e ultrapassam dimensão econômica, como "racial, religiosa e étnica". Acredito que essas diferenças que existem atualmente possam ser expressas para além da dimensão econômica apenas se entendermos o tempo como uma flecha. Uma abordagem da história como descrita por Benjamin, ou seja, um tempo "espectral" de múltiplas camadas, permite entender a origem econômica dessas opressões. Gênero e raça existem em formas historicamente específicas, e hoje essas formas são moldadas pelo desdobramento da produção de valor capitalista. Para dar um exemplo, o capitalismo não poderia existir sem uma esfera doméstica separada, onde a vida humana é criada e sustentada sem a mediação direta do mercado. Ou então, o uso da mão de obra negra e escrava no passado é um fator determinantemente econômico que, ainda hoje, possui inércia, implicando uma forma de relação entre brancos e negros que transcende a dimensão econômica, sem, todavia, situar-se fora dela nesse tempo espectral. O mesmo parece valer para outras opressões, como sexuais ou religiosas. Parece-me que uma interpretação dentro dessa perspectiva pós-estruturalista se baseia na verdade em uma

[9] Culture rather than economics becomes the root of political of political identity (tradução minha).

[10] Multiple roots of opression (tradução minha).

leitura vulgar da economia política como Engels (2013 [1872]) afirma no prefácio do segundo volume d'*O capital*[11].

Outra crítica à forma tradicional com que a teoria da urbanização se apropriou da economia política é desenvolvida por Soja (1996 [1989]). Para o autor, o pensamento sobre as cidades (que ele amplia para toda a geografia marxista) com ênfase na economia política deu aos processos de produção do ambiente construído e à circulação do capital uma forma essencialmente econômica, desconsiderando a importância da dimensão espacial para a análise dos fenômenos urbanos. Nesse sentido, afirma o autor:

> O alcance dessa geografia marxista mais confiante e afirmativa, em termos teóricos, ainda é insuficientemente compreensível e incomodamente ameaçador para a moderna divisão acadêmica do trabalho, com seus compartimentos disciplinares reificados e sua territorialidade intelectual (SOJA, 1996 [1989], p.224).

Assim, para o autor, a questão central seria o reconhecimento de um novo status ontológico para o espaço na busca do conhecimento dos processos socioespaciais – talvez o esforço pelo qual Lefebvre foi acusado de um "fetichismo espacial". O autor lembra ainda do estatuto próprio das "geografias pós-modernas", marcadamente da década de 1980, que configuram um caleidoscópio de abordagens, teorias e categorias que tenta lidar com as limitações de uma abordagem economicista que dominou certas abordagens da teoria crítica. Para tanto, Soja (1996 [1989], p. 265) recupera a obra de Henri Lefebvre como forma de (re)situar a crítica social

[11] Mas é importante destacar que, talvez, os principais "culpados" dessa interpretação vulgar d'*O capital* sejam os próprios marxistas, que se preocuparam com a questão econômica no sentido estrito.

recolocando o espaço como elemento central em sua proposta de uma dialética socioespacial: o espaço representa "um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais".

Com base nessas leituras, Costa (2007) situa a concepção de produção do espaço de Henri Lefebvre como fundamental para entender a organização da sociedade. "A teoria de Lefebvre, além de permitir uma visão de processo, leva em consideração todas as dimensões do espaço social" (COSTA, 2007, p.16). Para explorar essa relação, cabe lembrar a passagem em que Lefebvre desenvolve a noção de espaço em sua obra:

> Embora [seja] um produto para ser usado, para ser consumido, [espaço] é também um meio de produção; redes de troca e fluxos de matéria prima e energia moldam o espaço e são determinados por ele. Portanto este meio de produção, assim produzido, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, ou da divisão social do trabalho que lhe dá forma, ou do estado e das superestruturas da sociedade (LEFEBVRE, 1992 [1968], p. 85).

O pensamento lefebvriano permite retomar o estatuto do pensamento dialético ao refletir sobre as contradições do/no espaço, esforçando-se para se dedicar a formulações que entendam o espaço como constituinte das relações sociais e vice-versa. No entanto, essa postura de Lefebvre leva à necessidade de se colocar uma pergunta como a levantada por Costa (2007, p.19):

> Concluindo, sugiro uma hipotética pergunta que procurasse desvendar se Lefebvre seria um precursor do pensamento pós-moderno, como alguns acreditam (ver, por exemplo, Soja, 1996, 1997), ou se seria um adepto do enfoque da

> economia política, um modernista (ver Kofman e Lebas, 1996, p.45) ou essencialmente um filósofo, teria talvez como resposta, que sua contribuição teórica para o avanço do conhecimento dos processos sócio-espaciais prescinde de quaisquer destes rótulos.

Parece-me que Lefebvre se situa próximo a uma interpretação própria da crítica da economia política tal qual a efetuada por Marx e Engels. Seu impulso de interpretação de uma certa totalidade social buscando complementar a teoria desenvolvida pela dupla de alemães o situa em uma tradição epistemológica, sendo impossível negar sua proximidade a essa tradição. Contudo, não se podem negar as inúmeras aberturas que Lefebvre realizou rumo à (re)invenção de paradigmas que considerassem o espaço social como elemento fundamental em um processo que, ao retornar aos princípios marxianos, lança-se para além do próprio Marx.

Mas o momento de crise pode indicar também um momento de renovação. A corrente marxista do pensamento urbano, diante dessa conjuntura, se volta a pensar sobre a solidez da ordem capitalista e sobre sua capacidade de adaptação, recuperando assim um novo objeto que incide também sobre a pesquisa urbana, recuperando em si a questão do político, do poder e das práticas sociais.

Essa renovação me parece estar relacionada com a passagem do entendimento da "da produção de coisas no espaço (de maneira que o espaço, indiretamente produzido, constituía-se como coleção, soma ou conjunto de objetos) passa-se à produção direta do espaço como tal" (LEFEBVRE, 2016 [1968], p.111-112). Com base em uma leitura de Lefebvre, Martins (1999, p.25) critica o que se convencionou chamar de economia política no espaço, que parte de uma noção simplificada de espaço, tributária dos estudos locacionais:

> O espaço não é mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas. Como meio e objeto de trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma forma produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução.

Dessa forma, a superação da crise, da qual fala Topalov (1988), em direção a novos rumos da pesquisa urbana parece ter que ver retomada da obra de Lefebvre como centro da discussão da crítica da sociedade. A postura de Lefebvre (2016 [1972]) implica, sobretudo, uma mudança de termos na pesquisa urbana dentro do campo marxista, uma atenta releitura da obra de Marx e uma cuidadosa reflexão sobre o urbano. Lefebvre (2016 [1972]) constrói uma **crítica** da economia política **do** espaço deslocando-o para a centralidade do entendimento do processo de crítica que Lefebvre (1991 [1974]) pareceu captar tão bem em *A produção do espaço*, engajando-se politicamente com a realidade, entendendo o papel político da crítica, retomando o fundamento da teoria marxista: a crítica[12]. Isso significa, portanto, encontrar a política na produção do espaço. Como afirma Martins (1999, p. 28), "No coração da questão pulsa a relação entre espaço e política". Ocorre, dessa forma, a radicalização da crítica. Assim, acredito ser possível retomar o pensamento marxista como pensamento dialético-crítico da realidade (e do seu projeto de modernidade) que a abordagem anterior, a economia política da urbanização, não conseguiu fazer, tendo como foco economicismos sem, necessariamente, situar-se criticamente em relação a eles.

Crítica da economia política e a produção do espaço

[12] Sobre isso, conferir Lefebvre (2016 [1972]), páginas 112 – 114.

É com o desenvolvimento teórico dado à questão da produção do espaço que o filosofo Henri Lefebvre (1991 [1974]; 1999 [1970]; 2016 [1972]) passa a articular a (crítica) da economia política marxista com a dinâmica de produção do espaço. Como aponta Costa (2003), a teoria do espaço lefebvriana constitui uma crítica da economia política do espaço, mas que difere da chamada economia política da urbanização. Colocando a questão do espaço nesses termos, a sua produção traduz as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, condicionando e sendo condicionado não somente na dimensão material, mas nas relações de poder que são inscritas no espaço. Sendo assim, é necessário atentar para uma economia política *do* espaço, ou seja, não uma economia política *no* espaço, mas aquela que o assume como objeto e fim da economia política, já que, em última instância, o espaço é um dos elementos que pode explicar a sobrevivência do capitalismo atual (LEFEBVRE, 2016 [1972]).

Não se trata, portanto, de uma economia política que se ocupa dos "produtos" no sentido corrente do termo: coisas, mercadorias, objetos. Vale lembrar que a produção das coisas no espaço não desapareceu, mas as novas relações de produção implicam a produção do próprio espaço, envolvendo e ampliando as contradições que eram próprias da produção das coisas. O novo registro pelo qual se pretende entender e criticar o modo de produção capitalista passa por recolocar o espaço na dimensão da produção. Significa, portanto, reconhecer que as relações de produção e de reprodução ocorrem, necessariamente, no espaço e, como lembra Lefebvre (2016 [1972], p.123), "são cada vez menos estritamente localizadas, elas se situam agora no espaço como um todo, esse espaço que, ademais, ocupa inteiramente a reprodução das relações de produção".

Partindo da crítica da economia política de Marx (2013 [1867]), Lefebvre (1973) demonstra que o capital deve sempre produzir espaço e reproduzir as relações sociais para garantir sua sobrevivência de acordo com seus imperativos e lógicas próprias. Dessa forma, faz incidir essas ordens de maneira universal sobre o espaço e sobre os indivíduos. O capital, ao longo do processo de reprodução ampliada, consegue inscrever a produção do espaço em seu circuito, de maneira que o espaço passa a cumprir uma determinada lógica de acumulação. Lefebvre (1973, 1991 [1974], 2016 [1972]) argumenta que a produção do espaço tem uma função essencial no capitalismo: "a luta contra a tendência à baixa do lucro médio" (LEFEBVRE, 2016 [1972], p.118).

Esse processo pode ser esquematicamente desenhado como a proposta de Gottdiener (1993 [1991]), que estabelece três características: 1) o espaço é, necessariamente, parte dos meios de produção, especificamente dos meios de trabalho e, ao mesmo tempo, é um mecanismo que reforça as relações sociais de produção; 2) além de ser parte das forças e dos meios de produção, o espaço é, ele próprio, produto dessas relações e, nesse processo, é produzido como mercadoria para ser consumido; 3) é no espaço que se desenvolvem os conflitos de classe.

Nesse sentido, a tese central de Lefebvre (1991 [1974]) é que o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais o seu próprio espaço e seu tempo. É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre todo o espaço suas próprias relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage de volta sobre ele.

O autor busca situar uma primeira aproximação da problemática do espaço que destaca a produção do espaço social como

momento fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista por meio da realização das relações de produção. Nesse sentido, a reprodução do sistema capitalista se faz, necessariamente, no espaço concreto, que é socialmente produzido. Dentro do capitalismo, o espaço, ou melhor, a produção do espaço, é uma condição necessária para a reprodução ampliada do capital. Os imperativos da produção de capital incidem sobre a produção do espaço. Termos como planejamento estratégico, eficácia, rentabilidade, preço e lucro passam a ser adotados. A produção do espaço é elemento fundante da produção capitalista e por causa disso deve satisfazer às necessidades da classe dominante. Dessa forma, a produção do espaço é um reflexo da produção das relações de produção capitalistas. Seguindo os apontamentos de Harvey (2005 [2001]) sobre uma *Geografia do Capitalismo*, pode-se entender que o processo de produção e reprodução do capitalismo está continuamente a produzir e reproduzir o espaço tendo por fundamento sua própria imagem. O domínio do espaço representa a conquista da sociedade.

Sendo assim, tendo sido conquistado pela classe dominante e subjugado aos ideais hegemônicos, o espaço se tornou objeto, veículo e produto do capital. Objeto porque é, hoje, utilizado pelo processo de produção; veículo, porque é o meio do processo de produção; produto, porque é, também, o fim do processo de produção.

É importante ressaltar, portanto, que "a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria" (CARLOS, 2011, p. 60). Ou seja, o espaço transformado em mercadoria se realiza na troca.

Esse marco pode ser tomado no momento em que o capital superou a industrialização como epicentro da acumulação,

esparramando-se para todo o espaço como campo privilegiado da reprodução e da acumulação de capital. Assim, o atual estágio do capitalismo comporta estratégias de produção que não são, simplesmente, produção que ocorre *no* espaço, mas, sobretudo, produção *do* espaço, como estratégia em si mesmo. Como afirma Henri Lefebvre (2016 [1972], p.138):

> A exposição de razões motivando uma "economia política do espaço" faz parte de uma teoria mais ampla, a da produção do espaço. Sejamos claros: "produção do espaço" e não deste ou daquele objeto, desta ou daquela coisa no espaço. A análise ou exposição dessa produção difere radicalmente dos estudos que se multiplicam, que se pretendem "ciência do espaço" e, por conseguinte, não assentam senão sobre representações do espaço (aí incluídas as representações matemáticas), ou sobre fragmentações do espaço (o espaço institucional, o espaço disto ou daquilo, inclusive o "espaço epistemológico").

Como aponta Martins (1999) com base na interpretação da obra lefebvriana, a produção do espaço envolve e internaliza as contradições da realidade na exata medida em que é, ele próprio, um produto social. Dentro dessa concepção, deve-se supor que o espaço contém e está contido nas relações sociais, ou seja, está embebido da economia política do modo de produção vigente e, como não poderia deixar de ser, integrado à suas contradições internas. Lefebvre (2016 [1972]) busca indicar que uma crítica da economia política do espaço não revoga o método ou os conceitos elaborados por Marx (2013 [1867]) ao fazer sua crítica da produção das coisas no espaço. Entretanto, a sua proposta implica transpô-lo para um outro nível, colocando acento nas contradições da produção do espaço como um produto social que incide novamente sobre a sociedade.

É sobre essa contradição da totalização do modo de produção capitalista que se quer refletir quando se afirma que o capitalismo vem sobrevivendo, ao longo de seu desenvolvimento, justamente graças aos mecanismos da produção do espaço. Mas, quanto mais o espaço é atraído para o núcleo do capitalismo, menos há a possibilidade de atenuar suas contradições pela exteriorização, tanto mais que essa mesma produção do espaço toma uma importância decisiva para o capital. Como afirma o próprio Lefebvre (2016 [1972], p.139), "a produção do espaço tende hoje a dominar a prática social".

Deve-se deixar claro que o espaço é sempre produzido imbuído de interesse. Embora tenha a aparência de neutro, como indica Lefebvre (2016 [1972]), o espaço representa os interesses daqueles que dominam sua produção, situando esse domínio como fundamental para a manutenção da classe capitalista no poder.

O modo capitalista de produção, portanto, desde os primeiros momentos de sua reprodução como uma totalidade que tende à universalidade, pode ser descrito como o processo de generalização e expansão das relações mercantis que o potencializa. Mas o capitalismo necessita não somente de generalizar as relações de troca, mas, fundamentalmente, as relações sociais de produção, isto é, as relações sociais específicas entre o capital e o trabalho. E essa tarefa o capitalismo realiza dominando a produção do espaço (LEFEBVRE, 1973). O objetivo dessa lógica é de transformar o valor na forma universal do trabalho abstrato, no fundamento material da tendência à universalização do capitalismo. Dessa maneira, para entender a posição dominante que é exercida pela lógica capitalista na sociedade moderna, é necessário utilizar o desenvolvimento de Lefebvre (1991 [1974]), que designa o espaço produzido dentro desses marcos de espaço abstrato, no qual prevalecem as relações mediadas

pelo dinheiro, pela mercadoria, pelo capital e pelo trabalho abstrato. O espaço abstrato procura, de todas as maneiras, se alojar nas dimensões da existência social como forma de perpetuar a reprodução ampliada do capital e o mundo das mercadorias. Nessa lógica, o espaço no capitalismo se converte em mercadoria para troca e venda que assume as formas fetichizadas e estranhadas próprias do processo de produção das mercadorias. Nas palavras de Lefebvre (1991 [1974], p. 370)[13]:

> O espaço abstrato, que é um instrumento de dominação, sufoca tudo o que é concebido nele e busca sair dele. Embora isso não seja uma característica definitiva do espaço abstrato, não obstante, não há nada secundário ou casual sobre essa tendência. Esse espaço é letal e destrói as condições históricas que lhe deram origem, suas próprias diferenças (internas), e quaisquer diferenças que dão sinais de desenvolvimento, a fim de impor a sua homogeneidade abstrata.

Percebe-se claramente que a produção do espaço (abstrato) está voltada para a reprodução das relações de produção, assim como para a reprodução das forças produtivas. Portanto, é com esses termos que Lefebvre (1991 [1974]; 2016 [1972]) apresenta a necessidade de uma crítica da economia política do espaço.

Nesse sentido, justifica-se o esforço de separar *uma economia política* ***no*** *espaço* de uma *economia política* ***do*** *espaço*. A pequena mudança na preposição tem, na verdade, importantes

[13] Abstract space, which is the tool of domination, asphyxiates whatever is conceived within it and then strives to emerge. Though it is not a defining characteristic of abstract space, there is nevertheless nothing secondary or fortuitous about this proclivity. This space is a lethal one which destroys the historical conditions that gave rise to it, its own (internal) differences, and any such differences that show signs of developing, in order to impose an abstract homogeneity (tradução minha).

desdobramentos teórico-metodológicos. A primeira diz respeito a uma concepção de espaço entendido como receptáculo das ações, como mero palco, ao passo que a segunda passa a assumir, na imbricada dialética espacial lefebvriana, o espaço como produto e produtor das relações sociais.

> Lefebvre afirma que "o espaço (social) é um produto (social)". O espaço precisa ser entendido no contexto do modo de produção de uma época particular. Apesar da atenção de Lefebvre ao papel das ideias, reconhece a importância das forças e das relações de produção (ELDEN, 2004, p.184)[14].

Para entender a tese fundamental do pensamento de Lefebvre (1991 [1974]), é necessário, antes de tudo, assumir que o espaço está fundamentalmente atado à realidade social e que, portanto, ele não existe em "si mesmo". O espaço está necessariamente integrado à prática social e, sobretudo, é resultado e pré-condição da produção da própria sociedade. Nesse marco, pensar a produção social do espaço é pensar a sociedade que o produziu, resultado direto do trabalho social desprendido no processo de objetivação do social. O espaço é um meio, não um fim (LEFEBVRE, 2016 [1968], p. 44).

O espaço é resultado da prática social, produzido pelas relações sociais de produção e, dessa forma, carrega consigo as contradições da realidade. Com o funcionamento do capitalismo ocorre uma constante programação ou padronização das práticas sociais voltadas para a realização da reprodução ampliada do capital

[14] Lefebvre states that '(social) space is a (social) product'. Space needs to be understood in the context of the mode of production of a particular epoch. Despite Lefebvre's attention to the role of ideas, he does recognize the importance of forces and relations of production (tradução minha).

e estas, por sua vez, apesar de incidirem sobre o espaço, são, também, determinadas por ele em uma relação dialética que Soja (1996 [1989]), numa interpretação lefebvriana, denomina de dialética socioespacial como forma de designar a dupla determinação entre relações sociais e relações espaciais.

Nesse sentido, o espaço é o resultado dessa relação dialética, estando constantemente imbricado na produção de formas socioespaciais por intermédio dos processos também socioespaciais. Relações sociais se realizam na forma de relações espaciais. Como afirma Harvey (1989), as relações sociais **são** espaciais. Denomina-se isso, por conseguinte, já que toda relação social é uma relação política, de uma política do espaço. Assim, por meio da produção do espaço pelos indivíduos, cria-se uma construção política.[15]

Vale, por fim, citar que a obra de Henri Lefebvre passa por um novo momento de reapropriação, curiosamente ocorrendo em sua maior parte fora da França. Essa nova leitura de Lefebvre, que ganha relativa importância no debate contemporâneo sobre teoria urbana crítica busca recuperar o "prolífico filósofo que teorizou sobre a vida cotidiana e a produção do espaço" (KIPFER; GOONEWARDENA; SCHMID, 2008, p.11)[16]. Essas passam a ser as categorias centrais que muitos autores atualmente trabalham a partir do legado deixado por uma *crítica da economia política do espaço*.

Considerações finais

[15] Lefebvre (1991 [1974], p.125) afirma: "there is a politics of space because space is political".

[16] prolific philopher who theorized everyday life and the production of space (tradução minha).

Diante da relevância que a produção do espaço alcançou para a realização do processo de acumulação capitalista e considerando suas dinâmicas intrinsecamente contraditórias que aparecem como "contradições do espaço", é necessário compreender os aspectos desse processo, para, assim, elaborar uma crítica. O artigo é um breve esforço de sistematizar alguma das teorias correntes que foram produzidas desde a segunda metade do século XX, numa tentativa de colocar num quadro analítico mais amplo as diferentes contribuições desenvolvidas pelos autores que se debruçaram sobre o tema.

Como foi visto, essa forma de conceber o espaço urbano passou por uma crise, derivada de uma crise do próprio marxismo que lhe servia de base. Ao mesmo tempo, ocorreu nas práticas espaciais um verdadeiro assalto neoliberal que intensificou à produção capitalista do espaço. Embora parte do pensamento que se diga crítico tenha adotado um enquadramento que assume as categorias do sistema capitalista como pressupostas, ocorre hoje diversas tentativas de aprofundar e radicalizar a teoria urbana crítica. Um balanço das apropriações contemporâneas em curso, muita das vezes inspiradas nos autores aqui tratados, ainda esta por ser feita.

Foi discutido aqui uma produção bibliográfica que se desenvolveu em um determinado contexto – em geral a Europa da segunda metade do século XX. E, portanto, muitas formulações não cabem transposições simplistas entre o cenário analisado por eles e o território que nos encontramos. Da mesma forma, o tempo mudou e hoje uma nova forma de produzir o espaço urbano parece estar em curso. Nesse sentido, cabe ressaltar que é fundamental a continua

elaboração da teoria urbana crítica. Hoje sua formulação é, talvez, mais necessária do que nunca.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. 1978. **The crisis of Marxism**. Londres: Ink Links.

ARANTES, Pedro Fiori. 2009. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos**, n.83, p.103-128.

BADIOU, Alain. 1985. **Peut-on penser la politique**. Paris: Éditions du Seuil.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. 2015. Towards a new epistemology of the urban?. **City**, v.19, n.2-3, p.151-182.

BOURDIEU, Pierre. 2001. **Contrafogos: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Zahar.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2011. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto.

CASTELLS, Manuel. 2014 [1976]. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTORIADIS, Cornelius. 1992. The crisis of marxism, the crisis of politics. **Dissent magazine**. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/article/the-crisis-of-marxism-the-crisis-of-politics Acesso em: 22 de maio de 2017.

COSTA, Geraldo. 2007. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? **Etc espaço, tempo e crítica**, n.2, v.1, julho-setembro, p.5-20.

COSTA, Geraldo. 2013. Aproximação entre teoria e prática: reflexões a partir do pensamento do Henri Lefebvre. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.168-189.

ELDEN, Stuart. 2004. **Understanding Henri Lefebvre**. London: continuum books.

ENGELS, Friedrich. 2008 [1845]. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo.

ENGELS, Friedrich. 2013 [1872]. Prefácio da segunda edição d'O Capital. In: MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo.

FAINSTEIN, Susan. 1997. Justice, politics and the creation of urban space. In: Merryfield, A. Swyngedouw, E. (Orgs.) **The urbanization of injustice**. New York: New York University Press, p.18-44.

GOTTDIENER, Mark. 1993 [1991]. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp.

HARVEY, David. 1978. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, n.2, v.1, p.101-131.

HARVEY, David. 1989. **The Urban Experience**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press.

HARVEY, David. 2005 [2001]. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume.

HARVEY, David. 2009 [1973]. **Social Justice and the city.** New York: Verso books.

HARVEY, David. 2011. The urban roots of financial crises: reclaiming the city for anticapitalista struggle. **The Socialist Register**, v.48, p.1-35.

HARVEY, David. 2012. **Rebel cities: from right to the city to urban revolution**. New York: Verso Books.

HARVEY, David. 2017. **Ways of the world**. New York: Verso books.

KIPFER, Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka; SHMID, Christian. 2008. On the production of Henri Lefebvre. In: GOONEWARDENA, Kanishka; KIPFER, Stefan; MILGRAM, Richard; SHMID, Christian. (Orgs.). **Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre**. New York: Routledge.

LEFEBVRE, Henri. 1973. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião.

LEFEBVRE, Henri. 1983 [1980]. **La presencia y la ausenscia**. México: Fondo de Cultura Económica

LEFEBVRE, Henri. 1991 [1974]. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing.

LEFEBVRE, Henri. 1992 [1968]. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática.

LEFEBVRE, Henri. 1999 [1970]. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEFEBVRE, Henri. 2016 [1972]. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LOJKINE, Jean. 1981 [1977]. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes.

MAGALHÃES, Felipe. 2015. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea**. (Doutorado). Instituto de Geociências. Belo Horizonte: UFMG.

MARTINS, Sérgio. 1999. Crítica a economia política do espaço. In: Amelia Damiani, Ana Fani Carlos, Odette Seabra (Orgs.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, p.13-41.

MARX, Karl. 2013 [1867]. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo.

PRETECEILLE, Edmon. 1976. Urban Planning: the contradictions of capitalist urbanization. **Antipode**, VIII, p.69-76.

SANFELICI, Daniel. 2013. Financerização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **EURE**, v.39, n.118, p.27-46.

SOJA, Edward. 1996 [1989]. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar.

TOPALOV, Christian. 1979. **La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol Mexico.

TOPALOV, Christian. 1988. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates**, ano 8, n.23, p.05-30.

TOPALOV, Christian. 2013. Trente ans de sociologie urbaine. Un point de vue français. **Métropoliques**. Disponível em: http://www.metropolitiques.eu/Y-a-t-il-des-urban-studies-a-la.html Acessado em: 18 de maio de 2017.

Submetido em: 26 de novembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 23 de março de 2021.

Aprovado em: 29 de março de 2021.